

Jorge Caravana Collection



“AS ARMAS E OS BARÕES”: ASPECTOS BÉLICOS DA PRESENÇA PORTUGUESA NO ORIENTE

Rui Manuel Loureiro (Câmara Municipal de Lagos & Centro de História de Além-Mar)

O desembarque de Vasco da Gama e dos seus homens em Calecute, em Maio de 1498, marcou o início de um relacionamento directo, e a partir de então ininterrupto, entre Portugal e o Oriente. Nas palavras singelas de um dos degredados que seguia a bordo das naus gâmicas, os portugueses vinham “buscar christãos e especiaria”.¹ Com efeito, ao longo da segunda metade do século XV, a Coroa lusitana tinha investido meios significativos, e de forma sistemática, na exploração do Atlântico Sul, na tentativa de encontrar uma rota marítima que, contornando a ponta meridional de África, permitisse o acesso directo ao mundo oriental das drogas e das especiarias. A passagem do Cabo da Boa Esperança em 1488 abriu essa possibilidade, que uma década mais tarde seria efectivamente concretizada, graças a todo uma silenciosa revolução tecnológica que tivera lugar nas décadas anteriores, nos domínios da construção naval e da arte de navegar. Mas, apesar de todo o cuidado posto na preparação da expedição de Vasco da Gama,

¹ João Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimento* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1969), p. 164.

os portugueses possuíam então um volume relativamente reduzido de informações fidedignas sobre o Oriente que de modo tão empenhado tinham procurado atingir.²

A *Relação de viagem* atribuída a Álvaro Velho, que relata em forma de diário os principais episódios da histórica jornada, documenta muitas das surpresas e alguns dos equívocos desse primeiro e histórico encontro. Mas, sobretudo, permite entrever várias descobertas fundamentais, que iriam determinar o futuro da presença portuguesa no Oriente. Em primeiro lugar, os portugueses puderam constatar que a rota do Cabo era perfeitamente viável, com os meios náuticos de que então podiam dispor. Embora se tratasse de uma viagem extensíssima, através de dois oceanos, que colocava consideráveis problemas técnicos e humanos, era possível navegar de Lisboa até às Índias e regressar a salvamento. Depois, as mercadorias exóticas disponíveis nos portos indianos de forma alguma haviam desiludido os recém-chegados europeus, nem na sua variedade, nem na sua abundância. Antes pelo contrário, justificavam-se plenamente as expectativas mais optimistas em relação à existência e à disponibilidade das mais valiosas drogas e especiarias orientais. Em terceiro lugar, fora possível apurar que existia desde longa data nos mares orientais uma complexa rede mercantil, ligando os portos da costa ocidental indiana a muitas outras cidades marítimas africanas e asiáticas, através da qual circulava uma infinidade de produtos valiosos e potencialmente interessantes para os mercados europeus. Em quarto lugar, e esta era a descoberta mais preocupante, os portugueses aperceberam-se de que dificilmente se conseguiriam inserir de forma pacífica nos principais circuitos mercantis orientais, uma vez que existiam poderosos interesses instalados, que no litoral da Índia, e também noutras regiões, controlavam a produção e a circulação das mercadorias mais valiosas.

Esta última constatação, contudo, foi desde logo moderada por uma quinta descoberta: do ponto de vista náutico e militar, os europeus dispunham de algumas vantagens tecnológicas, já que os seus navios, para além de serem aparentemente mais robustos, estavam equipados com artilharia mais avançada, manobrada por artilheiros mais eficientes. Ou seja, os portugueses poderiam dispor de uma vantagem competitiva, no complexo mundo marítimo oriental descoberto pelos homens de Vasco da Gama. O que significa que desde o primeiro contacto lusitano com o

² Sobre a expansão quatrocentista portuguesa, ver Rui Manuel Loureiro, *Em demanda do Oriente: Viagens e navegações quatrocentistas* (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998), *passim*.

Oriente se colocou de forma premente o problema da *violência*, que teria de ser utilizada para impor uma presença significativa nos espaços que se estendiam para leste do Cabo da Boa Esperança. Mas, ao contrário do que por vezes tem sido sugerido, de forma alguma foram os portugueses que introduziram o belicismo num mundo oriental anteriormente pacífico e cordato.³ Tal como sucedia em todas as outras áreas do globo, o uso da violência estava mais ou menos generalizado em terras orientais, onde, um pouco por todo o lado, e pelos mais diversos motivos, tinham lugar regulares confrontos entre forças antagónicas, sob a forma de escaramuças, batalhas campais ou cercos em forma. A violência existia também nos mares orientais, onde recontros navais ou episódios de pirataria não eram invulgares, antes andando frequentemente associados às principais rotas mercantis. De resto, na abertura da centúria de Quinhentos, a Europa partilhava com muitas regiões orientais não só grande parte da sua tecnologia militar, como também muitas características da arte da guerra e muitos dos valores ligados ao exercício das armas.⁴

Nos anos que se seguiram ao regresso da expedição gâmica a Lisboa, a Coroa lusitana decidiu apostar decididamente numa presença sólida nas Índias orientais, com vista a uma participação activa no tráfico euro-asiático, através da rota do Cabo. E começou a enviar regularmente para o Oriente poderosas armadas, constituídas por dezenas de naus e caravelas, a bordo das quais seguiam milhares de homens, equipados com o correspondente armamento pesado e ligeiro, que em poucos anos haveriam de construir uma dispersa, mas bem articulada, rede de fortalezas e feitorias, estabelecidas em pontos estratégicos da costa oriental de África e de toda a Ásia marítima. O *Estado da Índia*, como em breve se passaria a designar essa dispersa constelação imperial, em cerca de 15 anos estendeu-se desde a ilha de Moçambique até ao litoral da China e até às mais orientais paragens da Insulíndia. A extraordinária rapidez desta expansão marítima ficou a dever-se essencialmente a quatro factores. Por um lado, à enorme capacidade de mobilidade dos navios portugueses, que asseguravam não só as viagens para o Oriente, como também as ligações regulares entre os cada vez mais numerosos entrepostos portugueses. Por outro lado, ao recurso sistemático a pessoal especializado de origem oriental, como pilotos,

³ Michael N. Pearson abordou recentemente esta questão, em “Os Portugueses e a violência no Oceano Índico, algumas considerações”, *Oriente* (Lisboa), n. 12, 2005, pp. 11-23.

⁴ Para uma visão genérica desta problemática, ver ensaios reunidos em *War in the Early Modern Worlds*, ed. Jeremy Black (Londres: Routledge, 1999), *passim*; ver também Thomas Arnold, *The Renaissance at War* (Londres: Cassell, 2002), *passim*, que apresenta uma síntese rigorosa e informada.

cartógrafos e marinheiros, que transmitiam aos portugueses todo um cabedal de notícias de natureza estratégica sobre as regiões que estes pretendiam contactar e sobre os mares que para o efeito tinham de atravessar. Por outro lado ainda, à enorme capacidade de adaptação dos portugueses aos mais diversos cenários orientais, que se caracterizou pela adopção das mais eficazes estratégias de aproximação e de diálogo com outros povos e outras culturas, não raro através de recurso espontâneo a práticas aculturativas mais ou menos aprofundadas. Enfim, em quarto lugar, os portugueses, de uma forma genérica, souberam gerir e utilizar muito eficazmente as suas armas de fogo, que muitas vezes se constituíram como argumento decisivo nas interações mais violentas com o mundo oriental.⁵

Os primeiros anos de contacto com o Oriente foram, para os portugueses, anos de urgente aprendizagem. A construção de um império marítimo exigia uma recolha sistemática e rigorosa de informações sobre as mais variadas realidades. Era necessário conhecer e cartografar todo o extenso litoral afro-asiático; havia que traçar rotas marítimas regulares e seguras, assinalando portos e ancoradouros, aguadas e ilhas, baixios e recifes; impunha-se a descodificação do sistema de monções, ventos periódicos que condicionavam a navegação nos mares orientais. E era também fundamental cartografar o mundo da mercadoria, identificando produtos, suas características e respectiva utilização, centros de produção e distribuição, preços e taxas alfandegárias, moedas e medidas. Importava ainda identificar interlocutores mais favoráveis, distinguindo potenciais aliados de declarados inimigos, conhecendo práticas culturais, modelos de organização política e social, crenças religiosas das gentes que habitavam as regiões costeiras da África oriental e da Ásia marítima. E, sobretudo, era essencial conhecer o potencial bélico dos povos a contactar, o tipo de armamento de que dispunham e a eficácia com que o utilizavam, para além das capacidades de organização militar. Apenas na posse de todas estas informações seria possível definir com clareza uma estratégia de implantação de uma rede de estabelecimentos portugueses no Oriente, que viabilizasse a planeada intervenção de Portugal no tráfico das mais valiosas e luxuosas mercadorias orientais.⁶

⁵ Ver síntese actualizada do estabelecimento do *Estado da Índia* em Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia, c.1480-c.1630* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000), *passim*.

⁶ As indagações levadas a cabo pelos portugueses no período manuelino são sistematizadas por António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo: Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols. (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972), *passim*. Para períodos posteriores do século XVI, ver a síntese magistral de Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe – The Century of Discovery – vol. 1*, 2 tms. (Chicago: University of Chicago Press, 1965), *passim*.

Poderá dizer-se que, na abertura de Quinhentos, o porte de armas brancas ofensivas era prática comum em Portugal, desde os membros de estratos sociais mais elevados, que amiúde se faziam acompanhar das suas espadas nos afazeres diários, até às gentes das classes mais populares, por regra sempre munidas de alguma espécie de punhal ou adaga. Este vulgar armamento quotidiano era alargado e reforçado em circunstâncias especiais. Uma expedição venatória, por exemplo, poderia obrigar à utilização de arcos ou bestas, com as respectivas flechas ou virotes, de armas de haste, como lanças, ou mesmo de armas de fogo portáteis. Entretanto, os homens de armas profissionais, e também todos aqueles que eram mobilizados para participação em conflitos de maior importância, ostentavam ainda uma larga diversidade de armas de haste, como alabardas, croques, foices de guerra, machados ou maças de armas, e também armas defensivas, que podiam incluir escudos ou adargas, capacetes ou morriões, cotas de malha, couraças, e variadas peças de armadura. As armas de fogo individuais, como pistolas, mosquetes e espingardas, começavam então a vulgarizar-se, com os correspondentes apetrechos (balas, polvorinhos, morrões). Tudo dependia da natureza do conflito, dos recursos disponíveis, e do tempo de preparação, mas, na realidade, o exercício de algum tipo de armas fazia parte da formação, e também do entretenimento, de largas camadas da população portuguesa. A produção de armamento nacional, a cargo de uma grande variedade de artífices, nem sempre conseguiu dar resposta às necessidades dos portugueses, sobretudo depois do início da expansão ultramarina, de modo que houve sistemático recurso à importação. As armas defensivas e ofensivas, para além das respectivas funções utilitárias, desde sempre detiveram elevado valor simbólico, associado aos rituais de exercício do poder. Por isso mesmo, peças de armamento fabricadas com materiais mais raros ou valiosos, e decoradas de forma mais elaborada, foram frequentemente utilizadas como ofertas de prestígio.⁷

Assim, o diversificado papel das armas no mundo oriental, como instrumentos bélicos e como artefactos simbólicos, é reconhecido pelos portugueses desde a primeira hora, e mesmo antes da partida de Vasco da Gama para a Índia. Aliás, poderia dizer-se que o armamento funcionava

⁷ Ver alguns exemplos de armamento em Augusto Mascarenhas Barreto, José Eduardo Pisani Burnay, Rainer Daehnhardt & António Miguel Trigueiros, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento: Armaria dos Séculos XV a XVII* (Lisboa: Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983) *passim*; e também em J. de Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), *passim*. Para uma primeira exploração desta temática, com indicações bibliográficas alargadas, ver João Marinho dos Santos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa – Séculos XV e XVI* (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998), pp. 145-258.

como uma espécie de *lingua franca* um pouco por toda a massa continental euro-asiática, já que as semelhanças tipológicas e funcionais abundavam, mesmo que os níveis tecnológicos fossem substancialmente distintos. Por este motivo, sem dúvida, o capitão-mor da primeira expedição portuguesa ao Oriente ofertou ao rei de Melinde “huma rica espada que trazia em huma caixa feita pera ella, a qual era d’ouro d’esmalte muito rica, com suas cintas muito ricas”, bem como “huma lança de ferro dourado, e huma adarga forrada de setim cremesim laurada de fio d’ouro”. Como referirá mais tarde o cronista Gaspar Correia, que viveu na Índia ao longo da primeira metade do século XVI e que relatou este episódio nas suas *Lendas da Índia*, os presentes cerimoniais de armas tinham longa tradição na Europa.⁸ Nesses primeiros contactos entre portugueses e orientais, entretanto, foi possível documentar, a nível de armamento pessoal, evidentes paralelos com a Europa, já que os homens de armas do Samorim de Calecute andavam “todos armados de espadas e bisarmas e escudos e arcos e frechas”,⁹ à semelhança dos próprios europeus. A diferença mais significativa talvez se relacionasse com a frequente utilização pelos portugueses, em ocasiões de combate, de protecções de metal para a cabeça e outras partes do corpo, prática que não estava divulgada em todas as regiões orientais de idêntico modo.

Mas os cenários orientais eram por demais diversificados, e os portugueses tiveram de enfrentar realidades muito distintas, a nível de armamento, de tecnologia, de táticas militares.¹⁰ Um episódio singular, ocorrido em 1509-1510, demonstra bem a enorme diversidade de situações que se podiam encontrar do ponto de vista bélico, assim como as eventuais surpresas que podiam ocorrer. Depois de ter estado envolvido em numerosos confrontos militares ao longo de vários anos de residência na Índia, onde estabelecera as fundações do nascente poderio lusitano, D. Francisco de Almeida regressava à Europa, num dos grande navios que anualmente estabeleciam a ligação entre os portos da costa ocidental indiana e Lisboa. Por ocasião de uma escala junto ao Cabo da Boa Esperança, na Aguada de Saldanha, gerou-se um conflito com as gentes daquelas partes, por motivos pouco claros, mas aparentemente relacionados com a aquisição de víveres pelos navegantes europeus. O improvisado confronto resultou na morte de meia centena de portugueses, e entre estes o Vice-rei cessante, que, depois de levar “com huma pedra em hum joelho”, foi morto por “hum pao tostado, com que lhe atravessarão o pescoço, e graganta”, pois

⁸ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida, 4 vols. (Porto: Lello & Irmão, 1975), vol. 1, pp. 55-56.

⁹ João Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama*, p. 188.

¹⁰ Ver João Marinho dos Santos, *A Guerra e as Guerras*, pp.145-258.

na ocasião não levava barbote.¹¹ A desastrada morte de D. Francisco, lamentada por toda a crónica coetânea, vinha revelar que por vezes o desenlace de um confronto não dependia necessariamente da qualidade tecnológica do armamento utilizado, mas estava dependente de outros factores mais aleatórios. Ao mesmo tempo, vinha chamar a atenção para a necessidade de se cumprirem rigorosamente determinadas instruções emanadas de Lisboa, pois o regimento régio entregue a D. Francisco de Almeida em 1505, aquando da sua largada para a Índia, especificava de forma muito clara: “vos mandamos e defendemos que em nenhum lugar [...], nunca em nenhum tempo sayaes em terra, tirando os lugares honde nosas fortalezas estiverem, salvo em allguuns lugares que forem despovorados”.¹²

O grande responsável pelo estabelecimento do *Estado da Índia* em bases firmes e seguras foi, sem qualquer dúvida, Afonso de Albuquerque, genial estratega que soube utilizar de forma extremamente eficaz todos os meios físicos e humanos colocados pela Coroa lusitana à sua disposição.¹³ Em 1515, à data do seu desaparecimento, para além de um sem-número de estabelecimentos menores, os portugueses possuíam três bases fortificadas em outros tantos pontos estratégicos dos mares orientais: Ormuz, ilha desértica na entrada do Golfo Pérsico, cuja casa real fora sujeita a partir de 1507 a um protectorado lusitano na sequência de uma inequívoca demonstração de força naval e militar; o território de Goa, ocupado em 1510 por ocasião de uma violenta campanha naval e terrestre contra o sultão de Bijapur; e a cidade de Malaca, conquistada ao seu soberano malaio por uma força expedicionária ali desembarcada em 1511. A partir de então, e até bem entrado o século XVII, as fortalezas existentes nestes três pontos seriam os esteios fundamentais do império português oriental.

A implantação do *Estado da Índia* foi possibilitada pela combinação de duas linhas de actuação: por um lado, a construção de fortalezas de pedra de molde europeu em lugares geo-estratégicos, defendidas por contingentes militares mais ou menos importantes; por outro lado, a utilização de significativos meios navais e humanos para controlo ou monitorização de rotas ou áreas marítimas relevantes. As fortificações portuguesas constituíram uma assinalável novidade em

¹¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. 2, pp. 993-994.

¹² Joaquim Candeia Silva, *O Fundador do “Estado Português da Índia”: D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996), p. 287.

¹³ Sobre Albuquerque, ver a síntese rigorosa de Geneviève Bouchon, *Albuquerque: Le lion des mers d’Asie* (Paris: Éditions Desjonqueres, 1992), *passim*.

numerosas regiões do mundo oriental (nomeadamente no Sudeste Asiático, onde até então predominavam materiais de construção vegetais), permitindo a fixação duradoura dos recém-chegados europeus em bases situadas na África oriental, no Golfo Pérsico, no litoral ocidental do Indostão, no Ceilão, na Península Malaia e na Insulíndia. Algumas dessas fortalezas foram estabelecidas pela força, com apoio de meios militares significativos, em prejuízo de interlocutores orientais; outras, com base em tratados e acordos de cooperação, com vista ao benefício de todas as partes envolvidas; outras ainda, a pedido de potentados locais, que assim pretendiam obter apoio bélico dos europeus, em disputas ou confrontos com vizinhos mais agressivos. Em torno de muitas destas fortalezas foram-se desenvolvendo núcleos populacionais miscigenados mais ou menos importantes, que contribuíam para uma maior solidez da presença lusitana naquelas partes. Estas fortalezas europeias, exportadas e adaptadas a contextos ultramarinos diversos, eram inovadoras não só pela sua específica traça e pelos materiais utilizados, mas também pelo facto de serem equipadas com artilharia pesada, que podia ser eficazmente utilizada para repelir ataques ou cercos exteriores.¹⁴ E desde cedo se montaram fundições especializadas em artilharia em alguns dos entrepostos portugueses orientais, de forma a assegurar o abastecimento da densa rede de bases portuguesas que se foi disseminando por todo o Oriente.

As armas de fogo não eram desconhecidas no mundo oriental.¹⁵ Aliás, tanto a invenção da pólvora como a sua utilização para o lançamento de projecteis terão ocorrido em épocas bem recuadas na China, a partir de onde depois se processou a respectiva difusão rumo a ocidente.¹⁶ Durante as batalhas navais que tiveram lugar no Golfo de Cambaia em 1508-1509, entre portugueses e uma confederação de gujateres e mamelucos, ambas as partes utilizaram artilharia instalada a bordo dos respectivos navios. Aquando da conquista de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510, as forças indianas dispunham de grande abundância de peças de artilharia, que depois foram capturadas pelos portugueses. E por ocasião da conquista de Malaca em 1511, as forças malaias dispunham de numerosas bombardas, que utilizaram na tentativa de

¹⁴ O papel determinante das fortalezas europeias implantadas em territórios extra-europeus é destacado por Geoffrey Parker, *La Revolución Militar: Innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800* (Madrid : Alianza, 2002), pp. 157-191; e também Geoffrey Parker, *El Éxito Nunca es Definitivo: Imperialismo, guerra y fe en la Europa moderna* (Madrid : Taurus, 2001), pp. 191-217.

¹⁵ Para uma visão genérica, ver Kenneth Chase, *Firearms: A Global History to 1700* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), *passim*, que cita a bibliografia essencial.

¹⁶ Ver Joseph Needham, Ho Ping-Yü, Lu Gwei-Djen & Wang Ling, *Science and Civilisation in China – vol. 5, pt. 7: Military Technology; The Gunpowder Epic* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), pp. 111 e sgs.

repelir os assaltantes europeus. Muitos outros exemplos se poderiam dar, referentes a outros lugares da Ásia marítima, e nomeadamente à China, onde a marinha imperial utilizava peças de fogo a bordo dos seus poderosos juncos. Contudo, a generalidade da artilharia pirobalística oriental, quando confrontada com as armas de fogo pesadas dos recém-chegados europeus, revelava-se tosca e pouco eficaz, sendo maioritariamente utilizada, de forma ofensiva ou defensiva em assédios a centros urbanos amuralhados.

Complementando as fortificações construídas no Oriente, os portugueses mantiveram ao longo de todo o século XVI importantes meios navais e militares nos mares orientais, em termos de navios, de homens de armas, de artilharia pesada e de armamento portátil. Naus e caravelas construídas na Europa, em breve seriam complementadas por uma multidão de embarcações de fabrico local, que incluíam galés, galeotas, bergantins, fustas, paraus, manchuas, lancharas, etc. Um dos mais originais traços da expansão oriental dos portugueses, de resto, foi a rápida incorporação nas suas armadas de navios construídos em estaleiros asiáticos e de tripulações recrutadas localmente. Muitas destas embarcações, entretanto, quer fossem de origem europeia ou asiática, eram equipadas com armas de fogo de maior ou menor dimensão, que frequentemente decidiam a sorte de confrontos ou combates navais. A documentação coetânea encontra-se repleta de referências a leões, serpes, camelos, esperas, pedreiros, falcões e berços, peças de artilharia pirobalística que eram sistematicamente utilizadas a bordo de navios portugueses ou luso-asiáticos. Este armamento exigia o recrutamento de artilheiros especializados, muito deles originários de regiões mais setentrionais da Europa. E ao longo das primeiras décadas da presença portuguesa no Oriente, a artilharia embarcada provou a sua terrível eficácia, em termos de potência, cadência e precisão de fogo, face a embarcações orientais não habituadas a combates navais à distância, mas antes afeitas ao sistemático recurso à abordagem, que fazia das batalhas navais meros combates entre forças militares embarcadas.¹⁷

A consolidação da presença portuguesa no Oriente, como foi referido, exigia uma sistemática recolha de notícias sobre as realidades asiáticas. No campo do armamento, essa urgência informativa aparece bem expressa em documentos emanados das chancelarias régias, que

¹⁷ Os aspectos navais da guerra no Oriente são estudados por Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “A Guerra na Índia”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira, 5 vols. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2004), vol. 2 (coord. António Manuel Hespanha), pp. 198-223.

solicitavam aos capitães das primeiras armadas destinadas ao Índico a obtenção de dados fidedignos. O regimento régio entregue em 1508 a Diogo Lopes de Sequeira, que partia com rumo à Insulíndia, por exemplo, pedia-lhe que se informasse não só sobre os habitantes da ilha de São Lourenço, “sse teem alifantes ou cavallos, e que armas teem, e se teem allgum modo d’artelharya, e sse sam gentes fracas sse guerreyras”, mas igualmente sobre os chineses, esclarecendo nomeadamente “se sam homeens fracos se guerreiros e se teem armas ou artelharias”.¹⁸ Como, regra geral, todos os capitães portugueses recebiam instruções semelhantes, muito rapidamente, os informadores lusitanos começariam a recolher um volume significativo de notícias sobre todas estas questões relacionadas com o mundo bélico oriental. Das regiões mais meridionais de África, onde os instrumentos de metal eram praticamente desconhecidos e as populações africanas utilizavam armas construídas com madeira, fibras vegetais e pedaços de osso, até à longínqua China, poderoso e extenso império, que podia mobilizar enormes recursos navais, materiais e humanos, incluindo armamento abundante e sofisticado, os portugueses, na sua rápida expansão por terras e mares orientais, tinham de fazer face a uma extraordinária diversidade de situações.

A *Suma Oriental*, concluída por Tomé Pires em 1515, e o *Livro das cousas do Oriente*, cuja primeira versão foi terminada por Duarte Barbosa em 1516, são exemplos precoces de tratados de geografia oriental, onde se tentavam sistematizar as notícias avidamente recolhidas em Goa e noutros entrepostos lusitanos. Ambos os autores, tanto boticário Tomé Pires como o feitor Duarte Barbosa, fornecem dados essenciais sobre a arte da guerra em numerosas províncias orientais, permitindo um primeiro balanço dos termos em que se deu o contacto dos portugueses com a Ásia. Vejamos alguns exemplos elucidativos, seguindo estes roteiros geográficos, que se desenrolavam ambos no sentido de oeste para leste. Para Tomé Pires, os árabes são gente “guerreira peleJam a cauallo a nosa gujsa com esporas as Redeas em huua mão & a lamça na outra”.¹⁹ Barbosa concorda com esta apreciação, afirmando que “São muito boons homens de peleja; teem muitos cavalos de que se servem na guerra com muitas e boas armas”.²⁰ Quanto aos

¹⁸ *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, ed. António da Silva Rego & outros, 9 vols. (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos & Instituto de Investigação Científica Tropical, 1962-1989), vol. 2, 264].

¹⁹ Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues* (Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978), p. 143.

²⁰ *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa, 2 vols. (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996-2000), vol. 1, p. 117.

persas, para Pires, são “homees de caualllo armados De todas armas de fremosas garnjções Despadadas bem obradas”.²¹ Barbosa observa que o Xequê Ismael, designação atribuída ao monarca safávida, “não peleija com sua gente senão soo à força de braços”.²² Os nautiques, habitantes da região do Baluquistão, para Pires “sam frecheiros” exímios, que, para além de “arcos”, usam igualmente “espadas lanças”.²³ Este aguerrido povo de tal forma impressionou a imaginação dos contemporâneos, que uma representação de um combate de nautiques, “ladrões que andão arroubar pelo mar”, aparece representado no chamado *Códice Casanatense*, curioso e invulgar álbum de gravuras aguareladas, produzido na Índia em meados do século XVI por um anónimo pintor luso-oriental.²⁴

Entre os povos das regiões costeiras que se estendiam para oeste do Indostão, de acordo com os dados recolhidos pelos dois informadores portugueses, o armamento predominante incluía sobretudo armas brancas, para além de arcos, não havendo referências significativas à utilização de artilharia pesada ou de armas de fogo pessoais. Ao longo de todo o século XVI, os portugueses mantinham firmemente as posições ocupadas no reino de Ormuz, limitando-se, de resto, a cruzar ao largo das costas da Arábia, da Pérsia e do Sínde com os seus navios, fazendo ocasionais incursões em terra e interceptando regularmente a navegação mercantil que frequentava aquelas águas. Esporádicos confrontos ocorridos no Mar Vermelho, no Hadramaute, no Golfo de Oman e nas margens do Golfo Pérsico, não teriam especial interferência no equilíbrio militar estabelecido com as duas grandes potências da região, pois os portugueses gozavam de relativa impunidade no domínio marítimo, enquanto o império otomano e o império safávida se interessavam sobretudo por assuntos de natureza terrestre.²⁵

²¹ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 152.

²² *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 1, p. 147.

²³ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 160.

²⁴ *Imagens do Oriente no século XVI: Reprodução do códice português da Biblioteca Casanatense*, ed. Luís de Matos (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985), est. xxi.

²⁵ Sobre a presença portuguesa no litoral árabe, ver R.B. Serjeant, *The Portuguese Off the South Arabian Coast* (Beirute: Librairie du Liban, 1974), *passim*. Quanto ao Golfo Pérsico, informações abundantes podem ser recolhidas em Willem Floor, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* (Washington DC: Mage Publishers, 2006), pp. 89-138; e também em Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro, *Ormuz 1507-1622: Conquista e Perda* (Lisboa: Tribuna da História, 2007), *passim*. A presença portuguesa no Sínde não foi ainda objecto de qualquer monografia, podendo ver-se entretanto Sanjay Subrahmanyam, “The Portuguese, Thatta and the external trade of Sind, 1515-1635”, *Revista de Cultura* (Macau), ns. 13-14, 1991, pp. 48-58. A respeito da arte da guerra nestas regiões orientais, para uma visão genérica, ver Kenneth Chase, *Firearms: A Global History to 1700* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), pp. 112-140, que cita a bibliografia essencial.

Do lado de Cambaia, continuando a acompanhar o périplo geográfico dos dois tratadistas portugueses, Tomé Pires afirma que os gujateres são dados a “todo eixerçicio De guerra”, possuindo formosas armas, “asy De lamjnas como de malha”, para além de “lamcas de fremosos ferros compridos espadas adarguas”. Nas suas constantes guerras com povos vizinhos, os gujateres empregam inúmeros mercenários, nomeadamente egípcios, árabes, rumes, persas e abissínios, “toda gente limpa”.²⁶ O sultão de Cambaia poderá reunir até “trimta mjll homees de caualllo”.²⁷ Duarte Barbosa confirma estas observações, referindo que mouros e gentios “deste reino são homens mui ligeros e cavalgadores”, fazendo uso de “escudos redondos muito fortes, guornessidos de seda”, para além de alguns dos seus homens de armas trazerem “duas espadas, ua adaga e um arco turquesco com mui boas frexas”, enquanto outros se servem ainda de “cotas de malha”.²⁸ O autor do *Livro das cousas do Oriente* acrescenta ainda que os gujateres de estrato social superior soíam possuir “traçados muito bem guarnessidos de ouro e prata, segundo as pessoas que os trazem”.²⁹ Ou seja, Barbosa constata uma característica comum entre europeus e asiáticos, que se poderia encontrar em tantas outras regiões orientais, o gosto pelo armamento decorado com pedraria ou metais preciosos.

Na década de 1530, quando já estavam firmemente estabelecidos no Oriente, os portugueses conseguiriam fundar uma fortaleza em Diu, que a partir de então se constituiria como uma das mais estratégicas bases militares do *Estado da Índia*. Para além de ter sido palco de outro conflitos menores, este reduto lusitano sofreu em 1538 e em 1546 dois violentíssimos cercos, que foram devidamente celebrados nas fontes da época, como relevantes feitos de armas. Em ambas as ocasiões, os portugueses, com reduzidos meios humanos e materiais, conseguiram resistir a poderosas forças atacantes, que, para além de exércitos indianos, incluíam importantes contingentes otomanos, despachados directamente de Suez. Das duas vezes, mas sempre sem sucesso, a Sublime Porta tentara lançar as bases de uma presença activa no Oceano Índico.³⁰ É certo que em ambos os cercos, e dos dois lados em confronto, se fez intenso uso de artilharia pesada. Contudo, como os relatos coetâneos da autoria de Damião de Góis, Diogo de Teive ou Lopo de Sousa Coutinho referem, muitos dos combates foram travados corpo a corpo, junto aos

²⁶ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 163.

²⁷ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 197.

²⁸ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 1, p. 189.

²⁹ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 1, p. 191.

³⁰ Da vasta bibliografia disponível sobre os cercos de Diu, ver José Manuel Garcia, “A Historiografia Portuguesa Quinhentista do Segundo Cerco de Diu”, *Mare Liberum* (Lisboa), n. 9, 1995, pp. 133-137.

muros da fortaleza ou em surtidas frequentes, com a utilização de espingardaria, sem dúvida, mas sobretudo de armas brancas.³¹ As circunstâncias bélicas assim o exigiam, claro. Porém, os escritores portugueses que relatam estes feitos de armas deixam sempre bem patente a importância das lutas corpo a corpo, com armas brancas, no contexto da mentalidade dos portugueses, já que o valor de um homem de armas podia ser demonstrado de forma inequívoca neste tipo de confrontos. As armas que matavam ou feriam à distância, de resto, eram objecto de uma certa reserva ética, nomeadamente junto dos estratos sociais mais elevados, sempre atentos a questões de honra e de pundonor. Por alguma razão, autores portugueses classificavam as armas de fogo como “inuençam por certo mays infernal que humana”, que comprometia os valores da honra tão caros à cavalaria medieval.³²

Tomé Pires e Duarte Barbosa tratam também de potentados do interior do Indostão. Na *Suma Oriental*, destaque especial merece o reino de Narsinga, ou Vijayanagar, que hegemonizava então extensas regiões do sul da Índia. De acordo com o autor português, “he este Rey guerreiro amda mujtas vezes em campo com mais de qoremnta mjll homes de caualllo”, para além de infinda “gente de pee” e mais de duzentos “alifantes” de peleja.³³ Eis aqui uma relativa novidade para os europeus, o recurso a elefantes de guerra, prática então difundida por todas as regiões asiáticas onde as condições ecológicas permitiam a existência desses paquidermes. O *Códice Casanatense*, atento à novidade, inclui também um desenho de um “elefante de guera”.³⁴ O *Livro das cousas do Oriente*, por sua vez, refere-se ao reino de Delhi, no norte do Indostão, onde se encontram “mui boos homens de peleja e cavalgadores”, que utilizam “mui boas lanças, adargas e espadas, maçãs d’aceiro, machadinhas”, e ainda “uas rodas d’aço” afiadas como navalhas, com as quais “fazem grande guerra e são homens mui certos com elas”.³⁵ Escusado será referir que a utilização de arcos da mais diversificada tipologia estava generalizada por toda a Índia. Tratava-se de uma arma ofensiva extremamente rápida e fiável, quando manobrada por mãos

³¹ A propósito destes relatos, ver Luís de Matos, *L’Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991), pp. 425-474.

³² Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, ed. Henrique Quirino da Fonseca & Alfredo Botelho de Sousa (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1983), p. 41. Ver João Marinho dos Santos, *A Guerra e as Guerras*, pp. 151 e 258.

³³ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 171.

³⁴ *Imagens do Oriente no século XVI*, est. xlii. Sobre os elefantes de guerra, ver Simon Digby, *War-horse and Elephant in the Dehli Sultanate: A Study of Military Supplies* (Karachi: Oxford University Press, 1971), *passim*; e também Jos Gommans, *Mughal Warfare: Indian Frontiers and High Roads to Empire 1500-1700* (Londres: Routledge, 2002), pp. 121-130.

³⁵ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, pp. 98-99.

experientes, que podia inclusivamente suplantar em poder letal uma arma de fogo. Em meados do século XVI, o tratadista português Fernando de Oliveira, escreveria na sua *Arte da guerra do mar* que enquanto “armays huma besta ou atacays hum arcabuz, tira huma frecha vinte tiros”.³⁶ Mas, de uma forma genérica, a presença portuguesa no Indostão limitou-se a regiões litorâneas, às quais se podia aceder a partir do mar, limitando-se os contactos oficiais com as regiões interiores a esporádicas visitas de emissários portugueses ou a pontuais intercâmbios de natureza político-diplomática. Nessas regiões afastadas do mar, digladiavam-se amiúde incomensuráveis exércitos de dezenas ou mesmo centenas de milhares de homens, em prodigiosas batalhas campais envolvendo infantaria e cavalaria, que por vezes aparecem referenciadas nas crónicas lusitanas, nomeadamente quando nelas participavam mercenários portugueses contratados por potentados asiáticos.³⁷

Em determinadas áreas costeiras do Malabar, diversos potentados mantiveram uma persistente hostilidade contra a presença lusitana. Por isso, os observadores portugueses prestam aí especial atenção às castas guerreiras, e nomeadamente aos *naires*, que Tomé Pires classifica como “homees De peleJa Despada he adarga E frecheiros”.³⁸ Duarte Barbosa, que exerceu funções de feitor em Cananor, conhecia bem este peculiar grupo social de “fidalgos”, que “não teem outro ofício senam pelejar onde quer que são necessarios”. Os naires, nas suas palavras, “continuamente trazem suas armas e hão-o por honra e galantaria”, usando uns de “espadas nuas nas mãos e adargas”, outros usando de “arcos e frechas”, e outros ainda, de “lanças”.³⁹ Guerreiros profissionais, os naires aprendiam o manuseio destas armas desde muito jovens, tornando-se com o correr do tempo exímios no respectivo ofício. Uma gravura de um casal de naires, o homem empunhando espada e adarga, surge no *Códice Casanatense*.⁴⁰ O Samorim de Calicute, persistente adversário da presença portuguesa no litoral ocidental indiano, recorreu regularmente a exércitos de naires para hostilizar os portugueses. Mas o rei de Cochim, tradicional aliado do *Estado da Índia*, de igual forma se socorria destes profissionais da luta armada.

As crónicas portuguesas de Quinhentos dão conta de regulares recontros armados entre forças

³⁶ Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, p. 61.

³⁷ Ver Jos Gommans, *Mughal Warfare*, *passim*.

³⁸ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 173.

³⁹ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 164.

⁴⁰ *Imagens do Oriente no século XVI*, est. lxiii.

portuguesas e adversários indianos, em muitas zonas do extenso litoral indostânico, quer no mar, quer em terra. Diversas fortalezas portuguesas foram repetidamente assediadas por potentados indianos, mas de uma forma geral os portugueses conseguiram manter as suas posições, graças à qualidade das suas edificações militares, à utilização maciça de artilharia, e a adequadas formas de organização dos recursos humanos disponíveis. A partir das suas fortalezas, os portugueses mantinham em actividade um número sempre crescente de embarcações do mais variado tipo, que asseguravam uma relativa hegemonia nos espaços marítimos. E, por sistema, os portugueses tentavam sempre combater nas proximidades do mar ou de cursos de água, travando batalhas campais em forma, com descargas de espingardaria a que se seguiam cargas de infantaria e de cavalaria, com combates corpo a corpo, mas onde podiam ser apoiados por artilharia montada a bordo das suas embarcações.⁴¹ Em determinadas regiões costeiras, como forma de dissuasão, os portugueses desencadearam mesmo uma inovadora forma de guerra, destruindo regularmente plantações de palmeiras, que constituíam um dos mais importantes recursos económicos das populações ribeirinhas. De um modo genérico, pode constatar-se que nas fontes portuguesas quinhentistas relativas à Índia, e no que toca à descrição de armamento e de práticas guerreiras, não se notam grande surpresas, pois idênticas tipologias repetiam-se um pouco por toda esta vastíssima área geográfica. Contudo, de região para região variavam as matérias-primas utilizadas, a forma dos punhos e das lâminas das armas brancas, e os acrescentos de natureza meramente decorativa.

Tanto a *Suma Oriental* como o *Livro das cousas do Oriente* dedicam especial atenção a Malaca, uma das mais importantes praças do nascente *Estado da Índia*, onde, de resto, Tomé Pires exerceu funções de feitor das drogarias. A cidade malaia constituía uma verdadeira encruzilhada de povos e culturas, já que se situava no estratégico ponto de encontro de rotas mercantis oriundas de todo o Oceano Índico e de todo o Mar do Sul da China. Nas palavras de Duarte Barbosa, “a cidade de Malaca é a mais rica escala de mais ricos e maiores mercadores e de maior navegação e trato que hoje se acha em todo o mundo”.⁴² O facto de ser um lugar cosmopolita em extremo, transformava aquele porto num posto de observação privilegiado relativamente às práticas sociais e culturais das gentes oriundas das regiões asiáticas mais orientais. Os próprios

⁴¹ Ver Vitor Luís Gaspar Rodrigues, “A Guerra na Índia”, pp. 214-219; e João Marinho dos Santos, *A Guerra e as Guerras, passim*.

⁴² *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 366.

malaio são cuidadosamente descritos pelos escritores lusitanos, que notam que eles trazem “uas adagas na cinta, lavradas de muita rica tauxia a que eles chamam crises”.⁴³ Os singulares *crises* malaio, de lâmina ondulada e punho lavrado, desde logo suscitaram o interesse e a curiosidade dos portugueses, que rapidamente adoptam esta arma, que tem a particularidade de infligir feridas muito difíceis de cicatrizar. Por ocasião do assalto português a Malaca, como anota Barbosa, os defensores utilizaram uma grande variedade de armas, incluindo, para além de artilharia, “espingardas, frechas ervadas e muitas lanças compridas como mui valentes homens, e assi com muitos alifantes armados com castelos de madeira e gente armada em cima”.⁴⁴

Duarte Barbosa, na sua descrição de Malaca, refere também os jaus ou javaneses, possuidores de “muito boas armas”, com as quais “pelejam muito bem, sem medo”.⁴⁵ E não se esquece de salientar um costume muito difundido entre os javaneses, o de em determinadas circunstâncias se fazerem *amoucos*: “tomam ua adaga de mão, torta em ondas como cobra, que eles teem de muito fino aço e corte, lavrada a tauxia de ouro, e saem-se às praças e matam quantas pessoas acham, assi homens como mulheres e meninos, e assi andam como cães danados matando té que os matam”.⁴⁶ Estes ataques de fúria assassina podiam ser desencadeados por diversos factores pessoais ou sociais, mas eram normalmente precedidos de lauto consumo de “vinho” de palma, como menciona Tomé Pires.⁴⁷ O *Livro das cousas do Oriente* acrescenta ainda que os jaus são oficiais mecânicos muito engenhosos, já que “fazem muitas espeingardas e espingardões e assi outros muitos artefícios de fogo”.⁴⁸ A *Suma Oriental* destaca outras particularidades bélicas dos jaus, e nomeadamente que usam de “cryses espadas lamcas De mujtas maneiras todas lavradas de tauxias Douro”, salientando que são adversários de respeito em qualquer confronto militar.⁴⁹ E Barbosa lembra algumas das crenças de natureza mágica atribuídas pelos jaus a determinadas armas, “feitas em horas e pontos, que dizem que nom podem morrer em batalha nem ser vencidos os que consigo as trazem”.⁵⁰

⁴³ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 368.

⁴⁴ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, pp. 373-374.

⁴⁵ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 370.

⁴⁶ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 371. Sobre os *amoucos* do mundo malaio-javanês, ver John C. Spores, *Running Amok: An Historical Inquiry* (Athens, Ohio: Ohio University Center for International Studies, 1988), *passim*.

⁴⁷ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 299.

⁴⁸ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 386.

⁴⁹ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 297.

⁵⁰ *O Livro de Duarte Barbosa*, vol. 2, p. 387. Sobre armas mágicas no mundo malaio, ver Walter W. Skeat, *Malay Magic* (Singapura: Oxford University Press, 1984), pp. 522-532.

Nas décadas seguintes, seriam frequentes os confrontos luso-javaneses, na região de Malaca ou em áreas circundantes, não sendo invulgar encontrar potentados javaneses a participar em confederações com malaaios, para ataques à fortaleza de Malaca.⁵¹ Depois de algumas tentativas iniciais para estabelecer uma base na Sunda, no litoral meridional javanês, os portugueses, apesar de manterem relações mercantis regulares com portos da ilha, nunca tentaram estabelecer-se solidamente em Java. De resto, idêntico procedimento foi adoptado em quase toda a Insulíndia, com excepção de algumas das ilhas mais orientais, como Ternate, Amboíno, Banda e Flores, onde surgiram ao longo do século XVI diversas bases fortificadas portuguesas, ligadas sobretudo ao controlo do tráfico das mais valiosas especiarias.⁵² No arquipélago indonésio, de resto, os portugueses encontraram uma larga diversidade de formas de armamento e de práticas bélicas, mas que podiam ser assimiladas, na respectiva tipologia e materiais, às que existiam na Península Malaia e em Java. Para além de uma larga diversidade de espadas e punhais, de escudos, e de armas de arremesso variadas, podiam salientar-se as flechas envenenadas (ou ervadas), lançadas com arcos ou com zarabatanas. Esta última arma, que os portugueses tinham já encontrada em outras partes do globo, e nomeadamente no Brasil e em África, seria uma das grande, e mais mortíferas, novidades nos recontros bélicos com povos da Insulíndia.

A zarabatana era muito vulgar em Samatra, por exemplo, onde, no Achém, os portugueses foram encontrar os seus mais irredutíveis e mais persistentes opositores. Este potentado islâmico foi hegemonizando toda a parte setentrional da ilha ao longo do século XVI, impedindo denodadamente as diversas tentativas de fixação dos portugueses em Pacém e lançando regulares ataques anfíbios contra a fortaleza de Malaca. Alguns desses ataques, envolveram centenas de embarcações e milhares de homens de armas, portadores de armamento diversificado e sofisticado, importado nomeadamente do mundo otomano. Contudo, a fortaleza portuguesa e os seus defensores sempre conseguiram repelir com sucesso todos os ataques samatrenses.⁵³ O *Códice Casanatense*, significativamente, inclui uma gravura de um guerreiro do Achém,

⁵¹ Para a história da fortaleza de Malaca, ver Rui Manuel Loureiro, “Historical Notes on the Portuguese Fortress of Malacca (1511-1641)”, *Revista de Cultura / Review of Culture* (Macau), n. 27, 2008, pp. 74-92, onde é citada a bibliografia essencial.

⁵² Sobre a presença portuguesa na Insulíndia, ver Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1999), *passim*.

⁵³ As relações dos portugueses com Samatra são tratadas por Jorge Manuel dos Santos Alves, *O Domínio do Norte de Samatra: A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)* (Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999), *passim*.

acompanhada por uma mulher, com uma explícita legenda: “Esta gente habita na ilha Samatra e chamam-se Dachens; são gintios. Gente muito belicosa, pelejam com uas zevratanas com as coaes botam frechas piquenas de peçonha”.⁵⁴ O mesmo álbum de gravuras luso-orientais apresenta desenhos das gentes de Maluco e de Banda. Curiosamente, ambos os homens ostentam idêntico armamento, composto por um espada de folha larga e um grande escudo rectangular, típico daquelas partes, que era fabricado de rota, uma espécie de cana-da-índia. Os armamentos disponíveis entre os povos da Insulíndia, assim como as diversificadas formas de guerrear, não impediram que os portugueses, a partir das suas bases em Malaca e em Maluco, e graças aos seus navios armados com artilharia, conseguissem manter uma presença regular em muitas das ilhas daquela região ao longo do século XVI, traficando produtos valiosos e envolvendo-se por vezes em conflitos locais.⁵⁵

Neste breve périplo através das práticas bélicas dos povos orientais, guiado pelas mais antigas informações portuguesas, chegamos às regiões do Mar do Sul da China, exploradas pelos navios oriundos de Malaca a partir de 1511-1512. Tal como no Oceano Índico e nos mares da Insulíndia, não foi complicado para os portugueses manterem uma relativa hegemonia naval, baseada em embarcações possantes, dotadas de artilharia muito eficaz. Também nestas regiões, as grandes potências político-militares da Indochina, e sobretudo o Celeste Império, estavam voltadas para o interior, encarando as áreas marítimas como marginais. Os portugueses, entretanto, demasiado afastados das suas principais bases fortificadas, optaram pelo recurso a aproximações mais pacíficas, estabelecendo feitorias em diversas cidades portuárias da Península Malaia e da Península Indochinesa. Eventualmente, em meados do século XVI, conseguiriam estabelecer uma base segura em Macau, no litoral da província chinesa de Guangdong, que em poucas décadas se transformou num dos grandes empórios da Ásia marítima. O extraordinário sucesso do porto macaense ficou a dever-se a uma singular conjugação de interesses, pois se os portugueses estavam interessados em intervir no tráfico de mercadorias valiosas, os chineses receberam de bom grado estes estrangeiros que, ao mesmo tempo que aceitavam todas as condições que lhes eram impostas, conseguiam manter, com auxílio dos seus canhões, uma relativa ordem em regiões marítimas anteriormente infestadas por pirataria.

⁵⁴ *Imagens do Oriente no século XVI*, est. lxxi.

⁵⁵ Ver Anthony Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*, 2 vols. (New Haven: Yale University Press, 1988-1993), vol. 1, *passim*.

Os observadores portugueses, evidentemente, mantiveram-se sempre atentos às capacidades bélicas dos diversos povos com que tinham de dialogar, registando pertinentes informações sobre armamentos existentes e sobre modalidades da respectiva utilização em situações de confronto. Tomé Pires nota, por exemplo, que os birmaneses são “cavaleiros tem cavallos alifantes” e que o seu monarca mantém guerras com Pegú, Arração, Bengala e Camboja.⁵⁶ Refere também que o rei de Champá “tem cavallos tem guerra com outos Reis principallmente com o Rey De cauchychna”.⁵⁷ Este último, por sua vez, é “dado mujto a gueerra E tem Jmfimdos espingardeiros & bombardas pequenas”.⁵⁸ A Península Indochinesa, ao longo do século XVI, foi atravessada por infintos conflitos entre potências rivais, que mobilizavam muitos milhares de homens e de animais, recorrendo a arsenais relativamente sofisticados, que incluíam armas de fogo ligeiras e pesadas.⁵⁹ Em alguns desses conflitos, por sinal, participaram portugueses, como mercenários ou como conselheiros militares, mas o *Estado da Índia*, de forma genérica, manteve-se à margem desses violentos confrontos. Uma obra mais tardia, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, aventureiro português que deambulou por essas regiões asiáticas em meados de Quinhentos, é uma fonte de primeira ordem para o conhecimento do mundo bélico destas partes da Ásia, anteriormente pouco ou nada conhecidas dos europeus.⁶⁰

Relativamente à China, as primeiras observações portuguesas são marcadas por um enorme equívoco, já que classificam os chineses de “Jemte mujto fraca he ligeira De desbaratar”. Tomé Pires chega mesmo a informar que os portugueses que haviam visitado o litoral daquele vasto império afirmavam que “com Dez naaos soJugaria ho govrnador das Jmdias”, Afonso de Albuquerque, “toda ha china nas beiras Do maar”.⁶¹ Na realidade, os primeiros intercâmbios luso-chineses tiveram lugar em Malaca e em ilhas desérticas ao largo de Cantão, contactando os portugueses com mercadores chineses, que, regra geral, não usavam armas, de acordo com as normas então em vigor no Celeste Império, que reservavam a posse de equipamento bélico para

⁵⁶ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 246.

⁵⁷ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 248.

⁵⁸ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 250.

⁵⁹ Ver Leonard Y. Andaya, “Interactions with the Outside World and Adaptation in Southeast Asian Society, 1500-1800”, in *The Cambridge History of Southeast Asia*, ed. Nicholas Tarling, 2 vols. (Cambridge: Cambridge University Press, 1992), vol. 1, pp. 345- 401; e também Peter A. Lorge, *The Asian Military Revolution: From Gunpowder to the Bomb* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), pp. 88-111.

⁶⁰ Ver um primeiro, e breve, levantamento de pistas em Rui Manuel Loureiro, “A violência na *Peregrinação*”, *História* (Lisboa), n. 107, 1988, pp. 46-53.

⁶¹ Armando Cortesão, *A Suma Oriental*, p. 364.

os soldados do exército imperial. Em anos subsequentes, graças a viagens cada vez mais regulares para os portos da China, e mesmo a jornadas através de regiões interiores, os portugueses haveriam de obter uma noção mais realista da realidade chinesa, entendendo as gigantescas dimensões desse império asiático. Relativamente a forças terrestres, em termos de equipamento disponível, de técnicas de combate e de táticas militares, o império chinês poderia perfeitamente rivalizar com a Europa coetânea.⁶² Contudo, como notavam os informadores lusitanos, a superioridade militar da China advinha sobretudo dos verdadeiramente infinitos recursos bélicos que as autoridades sínicas tinham ao seu dispor, em termos de homens e de armamento.⁶³ De qualquer forma, com a exceção de algumas escaramuças marítimas bem localizadas, portugueses e chineses mantiveram ao longo do século XVI um relacionamento totalmente cordato. Entretanto, a partir de Macau, e em épocas posteriores, os portugueses haveriam mesmo de fornecer artilharia pesada ao exército chinês em conjunturas mais complicadas, para este fazer face a ameaças oriundas das fronteiras setentrionais do império.

Enfim, a mais oriental das regiões asiáticas visitada pelos portugueses, o Japão, seria também a mais surpreendente, do ponto de vista bélico. A Terra do Sol Nascente, atingida pelos portugueses só em inícios da década de 1540, vivia então uma generalizada guerra civil.⁶⁴ Exércitos aguerridos, equipados com armamento sofisticado, digladiavam-se em escaramuças, assédios, cercos e batalhas campais, redefinindo constantemente o mapa político japonês. A panóplia de armamento disponível incluía armas brancas, armas de haste, artilharia neurobalística, e armaduras complexas. Um sentimento de incontida admiração passa pelas primeiras informações portuguesas referentes à preparação militar e às qualidades bélicas dos *samurais*, os guerreiros profissionais do Japão, sendo constantes os elogios à perfeição e eficácia das espadas utilizados por estes homens. Um dos primeiros portugueses que visitou o Japão escreveria, a propósito, que todos os japoneses “geralmente trazem terçados, grande e piquenos”, logo acrescentando: “Têm muitas lanças e alabardas e outras bisarmas. São todos em geral muito

⁶² Ver uma panorâmica genérica em Michael E. Haskew, Christer Jörgensen e Chris McNab, Eric Niderost & Rob S. Rice, *Fighting Techniques of the Oriental World, ad 1200-1860: Equipment, Combat Skills and Tactics* (Londres: Amber Books, 2008), *passim*.

⁶³ Para uma análise da imagem da China nas fontes portuguesas quinhentistas, ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), *passim*. A respeito da arte chinesa da guerra nesta época, ver uma primeira abordagem em Peter Lorge, “War and warfare in China, 1450-1815”, in *War in the Early Modern World*, pp. 87-103; Kenneth Chase, *Firearms*, pp. 141-171; e também Joseph Needham, Ho Ping-Yü, Lu Gwei-Djen & Wang Ling, *Science and Civilisation in China*, *passim*.

⁶⁴ Para visões genéricas, ver Paul Valery, “Warfare in Japan 1467-1600”, in *War in the Early Modern World*, pp. 53-86; e M.E. Berry, *The Culture of Civil War in Kyoto* (Berkeley: University of California Press, 1992), *passim*.

grandes frecheiros de arcos grandes”. Mencionaria ainda que “Têm armas do corpo, de malha e de ferro, muito delgadas”.⁶⁵

Mas, curiosamente, os japoneses não utilizavam armas de fogo. Os portugueses desembarcaram no arquipélago nipónico como mercadores, e também como prosélitos da religião cristã, nunca ensaiando quaisquer tentativas de conquista ou controlo territorial, pois desde logo verificaram a impossibilidade de um tal propósito, face ao poder bélico disponível no arquipélago e à aguerrida natureza das classes militares japonesas.⁶⁶ Mas, entre os primeiros presentes ofertados a *dáimios* nipónicos, figuravam as espingardas de fabrico europeu, que causaram enorme sensação entre os japoneses. De acordo com o testemunho mais tardio de Fernão Mendes Pinto, que se encontrava entre os primeiros portugueses desembarcados no Japão, os hábeis artífices japoneses de imediato desmontariam estas primeiras espingardas, iniciando desde logo, a partir destes protótipos, a produção em massa de armas de fogo ligeiras de excelente qualidade.⁶⁷ Paradoxalmente, e apesar da excepcional qualidade o armamento existente no Japão, seriam as espingardas o factor determinante na resolução da guerra civil japonesa, já que dariam uma significativa vantagem competitiva a Oda Nobunaga, o chefe militar nipónico que desencadeou o processo de unificação japonesa que viria a culminar com o domínio dos Tokugawa.⁶⁸ O Japão, subsequentemente, iniciaria um inédito processo de abandono das armas de fogo, ao mesmo tempo que se isolava do mundo exterior, circunstância que contribuiu para o afastamento dos portugueses.⁶⁹

* * * * *

O encontro dos portugueses com o mundo oriental, do ponto de vista bélico, como se pode

⁶⁵ *Documentos del Japon, 1547-1557*, ed. Juan Ruiz-de-Medina (Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1990), p. 11.

⁶⁶ Ver uma panorâmica genérica, e muito estimulante, da presença portuguesa no Japão em Charles R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650* (Manchester: Carcanet, 1993), *passim*.

⁶⁷ A respeito da introdução pelos portugueses das espingardas no Japão, ver João Paulo Oliveira e Costa, *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaios de História Luso-Nipónica* (Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999), pp. 71- 86.

⁶⁸ Ver Kenneth Chase, *Firearms*, pp. 175-196. Sobre a batalha decisiva da guerra civil japonesa, ver Stephen Turnbull, *Nagashino 1575: Slaughter at the barricades* (Oxford: Osprey Publishing, 2004), *passim*. Ver ainda Peter A. Lorge, *The Asian Military Revolution*, pp. 45-64.

⁶⁹ Ver Noel Perrin, *Giving Up the Gun: Japan's Reversion to the Sword, 1543-1879* (Boston: David R. Godine, Publisher, 1979), *passim*.

constatar através desta brevíssima sondagem, foi diversificado em extremo. Desde o Cabo da Boa Esperança até ao longínquo arquipélago do Japão, sucediam-se realidades civilizacionais e culturais perfeitamente diferenciadas, que constituíram outros tantos desafios em termos de adaptação, para os recém-chegados europeus. Distintos factores – económicos, políticos, militares, religiosos, culturais – vão orientar as aproximações portuguesas a todas estas realidades. Num primeiro momento, predominam os interesses da Coroa lusitana em instalar entrepostos sólidos no Oriente, de forma a intervir de modo consistente nos tráficos de mercadorias valiosas. Os canhões e as velas, para retomar uma fórmula célebre,⁷⁰ dão enorme vantagem competitiva aos portugueses, vantagem essa que será reforçada com a construção de fortalezas de modelo europeu. E o estabelecimento do *Estado da Índia* far-se-á amiúde através do recurso à violência armada. Regra geral, contudo, essa violência não era aleatória, sendo antes conduzida por considerações de ordem pragmática. Tratava-se, sobretudo, de uma violência de *estado*, mas que era permanentemente permeada por incidentes de natureza privada, sobretudo num segundo momento, quando se começa a desenvolver o chamado *império sombra* português, constituído por comunidades de origem portuguesa fixadas ao longo do extenso litoral asiático, mas que, por uma razão ou outra, escapavam ao controlo das autoridades régias lusitanas, defendendo quer interesses autónomos, quer exercendo funções militares junto de potentados orientais.

A existência de uma componente bélica na construção da presença portuguesa no Oriente esteve na origem de vários fenómenos. Em primeiro lugar, os portugueses prestaram sistemática atenção ao armamento dos povos orientais contactados e às respectivas práticas guerreiras, uma vez que uma avaliação correcta das forças em jogo podia ser determinante para a existência e a sobrevivência do *Estado da Índia*. As fontes portuguesas quinhentistas, assim estão repletas de informações sobre a arte oriental de fazer a guerra, nomeadamente sobre armas disponíveis, efectivos humanos mobilizáveis, capacidades de movimentação e tácticas predominantes. Em segundo lugar, rapidamente os portugueses conseguem desenvolver avaliações realistas do potencial bélico dos seus diversificados interlocutores, de forma a definirem estratégias viáveis, e sempre diferenciadas, de implantação em concretas regiões orientais. Entretanto, em terceiro lugar, foram frequentes os intercâmbios e as assimilações, a nível de armamento e de práticas

⁷⁰ Ver Carlo M. Cipolla, *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)* (Lisboa: Gradiva, 1989), *passim*.

guerreiras, entre os portugueses e os orientais. Se muitos potentados orientais se interessaram pela artilharia portuguesa e tentaram recrutar especialistas militares europeus, os portugueses, por seu lado, orientalizaram os seus costumes, não só a nível náutico, adaptando desde logo embarcações locais, mas também em termos de armamento utilizado, sobretudo no domínio das armas brancas, e de técnicas de combate, com clara preferência pelos combates corpo a corpo. As armas, entretanto, quer do lado português quer do lado oriental, funcionaram amiúde como instrumentos de aproximação entre povos, por um lado, sob a forma mais de presentes de prestígio, por outro lado, como mercadorias com elevado valor de troca. De resto, durante o século XVI, é possível detectar numerosos pontos de contacto entre a arte da guerra europeia e as artes bélicas orientais, em termos de armas disponíveis, de forma de combater, e mesmo de éticas guerreiras. Trata-se de uma problemática fascinante, que mereceria, decerto, investigações mais aprofundadas.